



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Procuradoria Geral do Município



CONTRATO 055/2016
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 6167/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 031

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Othon, nº 456, térreo - Centro - Paracambi/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 09.206.510/0001-94, representada pelo **Eduardo Herrera Rodrigues de Almeida**, solteiro, residente na Rua Dominique Level, 409 apt. 301, Centro, Paracambi, RJ, portador da Carteira de Identidade nº. 5237682-6 IFP e do CPF nº. 374.265.087-49.

Contratada: SOGAMAX DISTRIBUIDORA DE PERFUMARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.857.492/0001-36, sediada na Rua José Peres Ximenes, 78 - Centro - Cardoso Moreira/RJ, CEP 28180-000, neste ato representada pelo Sr. **Marcio Cosendey Alves**, portador da Carteira de Identidade nº 071217350 DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 943.375.947-87.

Nos termos da proposta da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/16, estabelecemos Contrato de aquisição de medicamentos, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. 025/15, devidamente homologado pelo Gestor do Fundo Municipal em 26 de janeiro de 2016, os quais integram este termo independentemente de transcrição por ser de conhecimento das partes e mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato de aquisição de medicamentos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos na requisição de compra com base na Ata de Registro de Preços nº 002/2016, cujo teor integra este instrumento, independente de transcrição.

Discriminação do Objeto:

PROCESSO DE REQUISIÇÃO DE MATERIAIS Nº 2427/2016

Itens do Contrato:

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Total
263826	Clonazepan 2 mg comp.	Unidade	40000.0000	R\$12.800,00
267487	Ácido valproico 250mg (comprimido)	Unidade	6000.0000	R\$ 3.000,00
267504	Atropina 0,25 mg/ml (ampola)	Unidade	200.0000	R\$ 100,00
267511	Biperideno 2mg (comprimido)	Unidade	2000.0000	R\$ 1.000,00
267514	Bromazepam 3mg (comprimido)	Unidade	10000.0000	R\$ 3.500,00



267515	Bromazepam 6mg (comprimido)	Unidade	20000.0000	R\$ 8.000,00
267520	Carbamazepina 200mg (comprimido)	Unidade	30000.0000	R\$ 9.000,00
267533	Cetoconazol 200mg (comprimido)	Unidade	200.0000	R\$ 310,00
267585	Enalapril 10mg (comprimido)	Unidade	10000.0000	R\$ 1.000,00
267591	Espironolactona 25mg (comprimido)	Unidade	6000.0000	R\$ 3.900,00
267593	Fenitoína 100mg (comprimido)	Unidade	2000.0000	R\$ 460,00
267603	Fluoxetina 20mg (comprimido)	Unidade	10000.0000	R\$ 3.500,00
267613	Haloperidol 5mg (comprimido)	Unidade	25000.0000	R\$ 4.250,00
267631	Isossorbida 10mg (comprimido)	Unidade	2000.0000	R\$ 360,00
267635	Levomepromazina 100mg (comprimido)	Unidade	15000.0000	R\$10.350,00
267657	Metronidazol creme	Unidade	50.0000	R\$ 162,50
267695	Petidina 50 mg / ml (ampola)	Unidade	25.0000	R\$ 62,50
267702	Prometazina 25 mg Comprimido)	Unidade	15000.0000	R\$ 3.600,00
267704	Prometazina 25mg/ml (ampola)	Unidade	1000.0000	R\$ 2.150,00
267710	Risperidona 2 mg (comprimido)	Unidade	25000.0000	R\$60.750,00
267739	Tioridazina 50 mg (comprimido)	Unidade	6000.0000	R\$ 4.080,00
269461	Risperidona 01mg (comprimido)	Unidade	1000.0000	R\$ 1.450,00
272891	Oxcarbazepina 300mg (comprimido)	Unidade	5000.0000	R\$ 4.600,00
274980	Diazepam 5 mg (comprimido)	Unidade	3000.0000	R\$ 150,00
274987	Diazepam 10 mg (comprimido)	Unidade	25000.0000	R\$ 1.000,00
275000	Fenitoína 50 mg/ml (ampola)	Unidade	100.0000	R\$ 305,00
275003	Morfina 10mg/ml (ampola)	Unidade	200.0000	R\$ 800,00
275134	Carbonato de Lítio 300mg (comprimidos)	Unidade	1500.0000	R\$ 675,00
276090	Tramadol 50mg/1ml - ampola	Unidade	500.0000	R\$ 2.425,00
276684	Cloreto de Sódio 0,9% solução injetável - sistema fechado (bolsa 250ml)	Unidade	1500.0000	R\$ 6.150,00
276703	Diclofenaco sal sódico 75mg/3ml - ampola	Unidade	600.0000	R\$ 510,00
276704	Escopolamina brometo+dipirona 4mg/ml + 500mg/ml - ampola	Unidade	1000.0000	R\$ 3.000,00
276706	Flufenazina Enantato 25mg/ml - ampola	Unidade	300.0000	R\$ 990,00
276770	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000UI - ampola	Unidade	3000.0000	R\$12.000,00
277358	Epinefrina 1mg/ml (ampola)	Unidade	200.0000	R\$ 130,00
277384	Loratadina 1mg/ml xarope frasco 100ml	Unidade	30.0000	R\$ 525,00
277397	Tiamina cloridrato 300mg (comprimido)	Unidade	2500.0000	R\$ 550,00
277400	Complexo B - solução oral - frasco 120ml	Unidade	10.0000	R\$ 160,00
279225	Diazepam 10mg/2ml (ampola)	Unidade	200.0000	R\$ 110,00
279226	Escopolamina Brometo + Dipirona,100mg+250mg (comprimido)	Unidade	7000.0000	R\$ 5.180,00
279228	Isossorbida dinitrato 5mg, sublingual (comprimido)	Unidade	2000.0000	R\$ 360,00
285917	Isossorbida, Mononitrato 20 mg - comprimido	Unidade	5000.0000	R\$ 1.400,00
285918	Periciazina 1% Frasco c/ 20 mL	Unidade	12.0000	R\$ 72,60
285919	Periciazina 4% - Frasco c/ 20 mL	Unidade	12.0000	R\$ 138,00
288125	Benzilpenicilina Benzatina 600.000 UI - ampola	Unidade	1500.0000	R\$ 4.425,00
288127	Haloperidol, sal Decanoato 50 mg/ml - ampola	Unidade	500.0000	R\$ 7.600,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 187.040,60 (cento e oitenta e sete mil, quarenta reais e sessenta centavos); Ata de Registro de Preços nº 002/16.

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,



trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

2.4 - O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

2.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$365$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

2.9 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura, para o exercício de 2016, no programa de trabalho:



- Fundo Municipal de Saúde – dotação códigos reduzidos 1203-21.01.10.302.0061.2198-3.3.9.0.30.00.00.00.00;

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato contados a partir de 13 de maio de 2016 e termos previstos para 26 de janeiro 2017, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Do Município:

- 4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;
- 4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;
- 4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;
- 4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

4.2 – Da Contratada:

- 4.2.1 – Fornecer os produtos objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº. 025/2015;
- 4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento de produtos executados;
- 4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;
- 4.2.4 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 4.2.5 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº. 025/2015;
- 4.2.6 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;



4.2.7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.8 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços acessórios ao fornecimento em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:

6.1.1 - advertência por escrito;

6.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

6.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

6.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

6.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

6.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.1.5 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste instrumento.

6.1.6 - A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.



6.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

6.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

6.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

6.2.3 - paralisação do fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

6.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

6.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

6.2.6 – produtos fornecidos de baixa qualidade;

6.3 - Da aplicação das penas definidas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

6.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;

II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;

III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;

IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;

V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

6.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

6



6.8 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

6.8.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.8.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.8.3 - Indenizações e multas.

6.9 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

7.0 - DOS CASOS OMISSOS.

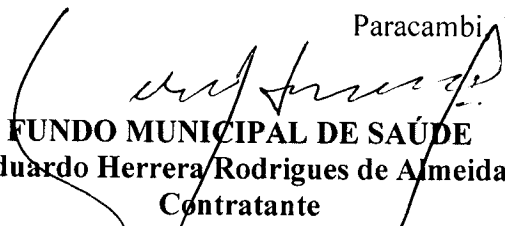
7.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

8.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Paracambi, 13 de maio de 2016.


FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Eduardo Herrera Rodrigues de Almeida
Contratante


SOGAMAX DISTRIBUIDORA DE PERFUMARIA LTDA ME
Marcio Cosendey Alves
Contratado

Testemunhas:

CPF:

CPF: